
OS TRÊS RRR, AS NOVAS FUNÇÕES E O FUTURO
DAS FORÇAS ARMADAS

Nuno Mira Vaz

OS TRÊS RRR, AS NOVAS FUNÇÕES E O FUTURO DAS FORÇAS ARMADAS

1. Toda a transformação social implica alterações mais ou menos drásticas dos valores dominantes e estes, por sua vez, influenciam fortemente os comportamentos individuais e colectivos.

Deve porém notar-se que esta influência tem vindo a desvanecer-se com o tempo. Nas sociedades primitivas podia detectar-se uma correspondência quase plena entre um quadro muito claro de valores e os comportamentos humanos, sendo as prevaricações sancionadas de forma expedita; mas à medida que as comunidades humanas se aproximam da sua configuração moderna, não são só os valores que mudam: atenua-se igualmente o grau de exigência do seu cumprimento, adoçam-se — ou, melhor dizendo, desvalorizam-se — as sanções para os prevaricadores e, nas sociedades consideradas mais evoluídas, o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais autoriza o cidadão não apenas a contestar esses valores mas até, onde a tolerância é mais extensa, a rejeitá-los. Foi este entendimento que levou recentemente o Supremo Tribunal dos EUA a considerar legítimo que um cidadão, em plena campanha eleitoral, tivesse queimado publicamente uma bandeira do país. Para os juizes, o acto de queimar um símbolo da identidade nacional não representa qualquer desrespeito à realidade representada.

A mudança pode atingir uma amplitude tal que transforme um sentimento como o nacionalismo, considerado indiscutível há cem anos, em alvo de fortes críticas: dos que recordam o aproveitamento que dele fez a Escola de Munique com base nas teorias de Ratzel, mas também dos que vêem nele um *provinicianismo* inibidor da consolidação dos grandes espaços geopolíticos no sistema internacional.

As próprias Instituições, naturalmente inclinadas à preservação de valores numa linha de continuidade evolutiva, e menos vulneráveis que os indivíduos ao apelo da mudança, não escapam ao assalto da modernidade: em certas ocasiões, a adaptação é a única via para a sobrevivência.

Não admira pois que as Forças Armadas como um todo, e os seus membros individualmente, cientes embora da inevitabilidade imperiosa da reforma interna, se mostrem reticentes em aceitar que o seu quadro de valores evolua no sentido da homogeneização com os valores da sociedade envolvente.

É certo que, quando em conflito com o poder, militares e civis têm privilegiado uma postura ética como suporte das reivindicações. Nisso, em boa verdade, não se diferenciam uns dos outros, revelando-se igualmente prontos a frisar que só buscam o prestígio da profissão e a consequente melhoria do serviço prestado, mesmo quando apenas reclamam aumentos salariais. Mas trata-se de uma convergência circunstancial; diversamente do que se passa com a sociedade no seu todo, a natureza do serviço prestado pelos militares implica a referência a um quadro de valores próprio, sem o qual a Instituição Militar carece verdadeiramente de sentido.

Esta constatação é essencial para um completo entendimento das relações civil-militar numa sociedade moderna, e não envolve qualquer tipo de valorização. As Forças Armadas não existem contra a sociedade ou apesar dela, mas sim em função dela. Logo, os valores por que se regem não podem sobrepor-se aos da comunidade, devendo pelo contrário subordinar-se-lhes.

A integração de valores, em muitos aspectos desejável, não deve contudo fazer-se com prejuízo das dissemelhanças; e a «profissão das armas» não deve ser considerada como mais um segmento do mercado de trabalho, ainda que diferenciado. As suas especificidades são de tal natureza que se torna indispensável pensá-la no contexto apropriado.

É verdade que os tempos são de mudança, e mudança acelerada. A formulação, hoje, duma política de defesa nacional e em especial da sua vertente militar, não só tem de ponderar elementos novos, como precisa de levar em conta a volatilidade que lhes anda associada. Se as conjunturas são precárias, esta é-o especialmente.

Mas a despeito da enorme «incerteza» que caracteriza a evolução da situação geral em variadíssimas áreas do globo, tem obtido aceitação generalizada em Portugal o enunciado governamental das grandes linhas de orientação da política de defesa nacional. As questões mais controversas relacionam-se com a concretização da componente militar dessa política — em particular no respeitante aos sistemas de armas e ao potencial humano que lhes confere substância — , a qual, infelizmente, tem sido objecto de algumas abordagens mais voluntaristas do que reflectidas.

Esta problemática foi valorizada pela guerra do Golfo e pelas conclusões que, tantas vezes precipitadamente, dela se extraíram. Na esteira das muito glosadas *lições do Golfo*, algumas soluções que um pouco por todo o lado foram imediatamente preconizadas com carácter de urgência e estatuto de indiscutibilidade motivaram medidas que, por falta de ponderação, podem vir a revelar-se decepcionantes.

É certo que apenas uma abordagem sistemática permite avaliar com rigor uma problemática tão recheada de interdependências; mas que isso não sirva de desculpa para se adiar uma reflexão, tornada urgente pela fluidez da situação e pela escassez dos recursos, sobre algumas das principais questões no âmbito nacional.

Quais são elas, qual parece ser o entendimento dos responsáveis portugueses acerca delas, e que tipo de reflexões devem ser feitas para minimizar os riscos de soluções inadequadas, é o que se pretende avaliar com o presente trabalho.

2. Ao nível da elaboração teórica não se conhecem discrepâncias significativas: as Forças Armadas têm como missão genérica assegurar a defesa militar do país contra qualquer agressão ou ameaça externa, pretendendo-se para o efeito que um elevado grau de preparação e profissionalismo dos seus servidores garanta elevados padrões de eficácia e eficiência.

Segundo afirmou o Ministro da Defesa Nacional durante o debate do Programa do Governo na Assembleia da República, «[...] o esforço na defesa militar deverá visar a constituição de forças mais reduzidas e mais eficientes, para que se assegure:

- a harmonização da nossa capacidade militar própria com a das alianças a que pertencemos;
- a operação, a manutenção e a sustentação dos meios existentes;
- a sua progressiva modernização;
- a satisfação dos compromissos internacionais assumidos».

No plano da concepção, pode também considerar-se pacífica a proposta do general Loureiro dos Santos relativamente ao que ele designa por *princípio da repartição do trabalho estratégico*. Este conceito não só se afigura adequado numa primeira abordagem, como expressa provavelmente o grau máximo de

empenhamento das potencialidades nacionais. Trata-se — tendo presente que Portugal é uma pequena potência sem capacidade autónoma para enfrentar ameaças com elevado grau de envolvimento militar — de definir com o maior rigor:

[...] o mínimo que o País deve fazer em todas e em cada uma das áreas geográficas e funcionais; onde é imperativo nacional ir além do mínimo — se possível o máximo — e isso está ao nosso alcance; onde é admissível complementar as nossas tarefas estratégicas com a acção dos aliados a fim de serem executadas as tarefas necessárias. Ou seja: o que é essencial que sejamos nós a fazer e temos capacidade para efectuar; o que teremos de acordar com os nossos aliados [...] (1).

Esta perspectiva refere-se obviamente a um instrumento vocacionado para agir em tempo de guerra e não em tempo de paz, pois os serviços prestados às Forças Armadas no apoio às populações têm carácter supletivo e não podem constituir fundamento para a sua existência. Ainda que se tenham generalizado os pontos de vista de uma boa parte da moderna sociologia americana, segundo os quais as Forças Armadas teriam hoje, como missão principal, evitar a guerra e não fazê-la, a verdade é que elas existem em função e por razões de guerra e não por necessidades de tempo de paz.

Portugal assumiria assim uma recusa firme de *islandização*, manifestando-se decidido a garantir, pelos seus meios, o máximo de soberania na área nacional, e contando com o apoio dos aliados para fazer frente às ameaças de grau mais elevado, que excederem as capacidades nacionais. Esta opção requer Forças Armadas aptas a salvaguardar os interesses vitais do país tanto no âmbito regional como no da aliança a que pertence: se é verdade que, para uma pequena nação, as dinâmicas regionais têm prevalência sobre as mundiais, não o é menos que a pertença a uma aliança implica corresponsabilização em espaços alargados.

Como diz o general Loureiro dos Santos, «[...] a concepção de defesa que interessa a Portugal é aquela que seja susceptível de dissuadir e fazer frente às possíveis ameaças e agressões no quadro regional e, simultaneamente, de participar no âmbito da defesa do bloco marítimo, mas nas condições em que sejam salvaguardados os interesses primários de Portugal» (2).

(1) In *Como Defender Portugal*, ed. IAEM, pp. 210 e 211.

(2) *Idem*, p. 138.

Mas aqui terminam provavelmente os consensos. E digo provavelmente porque ainda se mantêm imprecisos os contornos da Instituição Militar para que apontam as intenções anunciadas pelo governo; porque está por provar que as preferências dos Ramos em matéria de reequipamento possam ser integradas num único sistema militar coerente; porque não se sabe se o novo sistema de prestação do serviço militar vai garantir os níveis de pessoal, em quantidade e qualidade, necessários ao funcionamento do vector militar, designadamente quanto à sustentação e operação dos sistemas de armas; porque, verificando-se a circunstância de a elaboração teórica sobre o tema ter omitido, até à data, referências concretas às implicações financeiras, ninguém parece saber ao certo quanto dinheiro vai ser necessário para cada um dos programas; e porque, finalmente, subsistem discrepâncias sérias acerca da melhor configuração do vector militar, tendo em vista o cumprimento das missões que lhe incumbem.

3. O governo está empenhado — no uso do seu pleno direito, esclareça-se — em alterar o processo de nomeação de algumas chefias militares, por forma a *conferir ao Governo uma posição mais consentânea com a sua qualidade de entidade responsável pela definição da política de defesa nacional* (3).

Por outras palavras, o poder não concorda com as limitações impostas pela actual legislação. Esta, com efeito, determina, para a nomeação dos mais altos cargos militares, que o governo escolha um nome de entre os previamente seleccionados pelas estruturas militares.

Compreende-se a preocupação dos políticos e o seu desejo de livremente escolherem os responsáveis por um sector tão importante para a vida da comunidade. Compreende-se igualmente o ponto de vista segundo o qual a escolha dos altos responsáveis civis e militares deve obedecer a idênticos critérios, de natureza vincadamente política. Afinal, trava-se tão-só do exercício do poder por quem tem para o efeito a devida legitimidade. Mas as implicações de uma tal decisão — ainda que haja na sociedade um consenso acerca da necessidade de se controlar politicamente as Forças Armadas — devem ser ponderadas.

A primeira teoria normativa sobre as relações entre os militares e o poder foi apresentada por Samuel Huntington e é conhecida por *profissionalismo radical*: os políticos fixam os objectivos e os militares preocupam-se

(3) Ministro da Defesa Nacional, durante a discussão do Programa do Governo na Assembleia da República.

em alcançá-los sem se interessarem pelo seu valor intrínseco ou pelas suas consequências. Para o autor, é o modelo que melhor garante a efectiva subordinação e eficiência; mas há quem o critique, por favorecer a criação de um corpo profissional fechado, tendencialmente inclinado à defesa de valores corporativos.

A este modelo contrapõe Morris Janowitz o do *profissionalismo pragmático*, baseado na convicção de que o militar de alta patente que aconselha tecnicamente o executivo desempenha, quer se queira quer não, um papel político; conseqüentemente, se lhe cumpre manter uma atitude de neutralidade política, não pode ficar indiferente às consequências políticas dos seus actos. Também este modelo é objecto de crítica: se é verdade que visa uma maior integração dos militares na sociedade, através da homogeneização dos comportamentos, também fornece àqueles os instrumentos de intervenção política que o primeiro modelo não proporciona.

Qualquer que seja o modelo profissional, a dicotomia civil-militar esbate-se nas sociedades modernas e por consequência os modelos de carreira sofrem um processo de ajustamento, visível na perda de prestígio do perfil *heróico* e na valorização das aptidões tecnocráticas ou de gestão. Os últimos desenvolvimentos a nível mundial, bem como a crescente apropriação de valores «civis» por parte dos militares, parecem dar razão a Janowitz e, indirectamente, aos pontos de vista do governo. Mas não está demonstrado que a futura legislação sobre promoções sirva melhor os objectivos das Forças Armadas, os do governo e os da comunidade. Uma única coisa é certa: ao reservar para si a inteira responsabilidade no processo de nomeação dos oficiais para o desempenho de elevados cargos militares, o poder anuncia uma alteração dos critérios de escolha e incita os militares que almejam aqueles cargos a adoptar um «perfil» diferente do requerido até hoje, em função de uma escolha que era feita pelos seus pares.

Ao nível das carreiras, novas motivações vão nortear os comportamentos, e na escala dos valores militares a dimensão heróica perderá significado, enquanto que a importância crescente do binómio treino especializado/educação generalista vai conduzir ao topo da carreira um tipo diferente de oficial, moldado por uma estrutura organizacional e social das Forças Armadas que se aproximará dos padrões civis e com uma concepção pragmática das carreiras e das missões da Instituição.

Convém contudo ter presente que a capacidade de gestão que se reclama, e bem, para os altos cargos militares, se justifica em primeiro lugar por moti-

vos operacionais: se há tarefa complexa, capaz de entusiasmar o gestor mais evoluído, essa é certamente a de gerir a utilização dos meios, materiais e humanos, no campo de batalha. E melhor será, para as Forças Armadas e para a sociedade, que o general comandante e os subordinados que o aconselham saibam fazê-lo com proficiência.

Para que tal seja uma realidade, é indispensável, por um lado, proporcionar aos oficiais destinados aos altos postos um conjunto de conhecimentos teóricos relativos à gestão integrada (comportando as componentes terrestre, aérea e naval) do espaço, do tempo e dos meios em ambiente de guerra convencional; e, por outro, deve-se proporcionar-lhes a oportunidade de exercitar, em tempo de paz, o comando de grandes unidades de manobra.

O moderno teatro de operações é sempre, no mínimo, aeroterrestre, mas a peculiar configuração do território nacional avoluma as hipóteses de o alto comando militar se ver obrigado a conduzir operações combinadas dos três Ramos. Esta circunstância sugere a adopção de medidas cautelares, como sejam a institucionalização de um órgão que assegure a compatibilização dos materiais, a complementaridade dos sistemas de armas e a capacidade de ligação efectiva entre unidades e comandos dos diferentes Ramos; e exige, sem margem para dúvidas, oficiais com capacidade técnica e tática para rentabilizar os meios dos três Ramos em acções conjuntas.

Se dúvidas houvesse sobre estas questões, bastaria para desfazê-las recordar a invasão de Granada por forças dos EUA e a inconcebível falta de ligação entre unidades combatentes de diferentes ramos nos primeiros dois dias de operações; ou os erros trágicos da aviação americana ao bombardear blindados amigos durante a guerra do Golfo; ou ainda, noutro plano não menos importante para a problemática em apreço, a revelação de que o comportamento de boa parte da oficialidade americana durante a guerra do Vietname foi claramente marcado por preocupações típicas de «carreirismo profissional».

Em resumo: é indiscutível a competência do poder político para fixar os critérios de promoção dos oficiais generais; mas não é aceitável, em domínio tão melindroso, a menor ligeireza. Há que ter consciência de que as disposições legislativas anunciadas, fazendo apelo a um quadro de valores diverso do actual, darão origem ao aparecimento, nos altos postos, de oficiais generais com um perfil mais civilista, mais próximo do dos altos funcionários especializados na gestão de recursos, embora não necessariamente melhores ou

piores do que eles. Seja como for, em função dessa nova realidade, urge dotar aqueles oficiais com a capacidade técnico-táctica requerida pela complexa gestão dos recursos num moderno teatro de operações.

4. O desaparecimento da ameaça soviética veio reforçar o pendor generalizado para a redução das despesas militares.

Nos EUA espera-se que os gastos com a defesa passem de 6% em 1986 para 3,6% do PNB em 1995, envolvendo reduções de 25% dos efectivos totais, a desactivação de 6 das actuais 18 divisões do Exército, a passagem de 24 para 15 esquadras de voo da Força Aérea, a perda de 2 dos 14 porta-aviões da Marinha e o corte de 1 divisão (—) das actuais 3 divisões de Marines. O objectivo declarado consiste em cortar 6000 milhões de contos ao orçamento da defesa por volta de 1995, mesmo sabendo que o abandono do programa «B-2» põe em risco 40 000 postos de trabalho e que o cancelamento da construção do caça «F-22» (preço unitário estimado em 15 milhões de contos) impedirá a criação de 6000 postos de trabalho (4).

Na Grã-Bretanha, o Secretário da Defesa Tom King anunciou uma redução do orçamento da defesa de 6% em três anos, de 10% em cinco anos e de cerca de 20% em valores reais na passagem do século (5).

Em Itália também se procede a uma redução de 25 para 19 brigadas no Exército, à desactivação de 4 navios de superfície e de 3 submarinos e ao cancelamento da encomenda de 20 baterias de mísseis «Patriot» por indisponibilidade financeira (6).

Em Portugal, as intenções não estão quantificadas mas apontam no mesmo sentido:

O reequipamento das Forças Armadas prosseguirá a um ritmo apropriado privilegiando o sistema de forças e tendo em conta a quantificação dos custos necessários à adequada operação e manutenção dos sistemas de armas e equipamentos a adquirir.

Assim o Governo apresentará à Assembleia da República a 2.ª Lei da Programação Militar e os respectivos programas de reequipamento e de infra-estruturas de acordo com a filosofia definida e tendo em

(4) In *U. S. News and World Report*, de 14 de Outubro de 1991, pp. 25 a 31.

(5) In *Défense Nationale*, de Novembro de 1991, p. 52.

(6) *Idem*, p. 63.

vista a operacionalidade e eficácia do sistema de forças de médio prazo já aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional ()*.

O enunciado das intenções afigura-se cauteloso e ajustado à realidade nacional; mas deixa numa relativa penumbra as implicações resultantes das opções feitas pelos Ramos. Falar-se de aviação orgânica ou de mecanização da 1.ª BMI como objectivos para o Exército, de capacidade de intercepção e de luta aérea para a Força Aérea e da renovação da frota de submersíveis para a Armada, é uma coisa. Outra é explorar, com um mínimo de rigor, o território da incerteza, tendo em vista minimizar as hipóteses de ocorrência de situações como as que marcaram a presença italiana na guerra do Golfo (*).

Tomemos, por exemplo, o projecto da compra de 20 aviões «F-16». Para além de inúmeras considerações de natureza técnica e tática, apenas ao alcance dos especialistas, há aspectos do âmbito do pessoal e financeiros susceptíveis de impressionar o cidadão comum, e a partir dos quais se pode estabelecer uma primeira aproximação à real magnitude dos problemas envolvidos.

(*) Como em (*).

(*) Marc Crépin, em artigo publicado na revista *Défense Nationale*, de Novembro de 1991, pp. 57 e 58, diz que «[...] A urgência da mudança [das Forças Armadas Italianas] tornou-se imperiosa aos olhos dos políticos italianos na sequência dos combates para a libertação do Kuwait... Com efeito, a mobilização dos Aliados e as diversas ofensivas vitoriosas contra o Iraque, para as quais contribuíram as forças italianas, começaram muito mal para Roma, com alguns passos em falso e um verdadeiro desaire.

O primeiro passo em falso ocorreu quando, tendo o governo decidido enviar forças terrestres para o Golfo, no Outono de 1990, o projecto se revelou irrealizável por razões técnicas; e o segundo quando o comandante do 20.º Grupo Naval em patrulha ao largo de Ormuz, um oficial competente e estimado, pediu para ser substituído no comando 10 dias passados sobre o início da operação *Tempestade no Deserto*. O oficial declarou recusar a eventualidade do combate.

O desaire, por fim, na segunda noite do ataque aéreo [...]. Passadas 30 horas sobre o começo da guerra aérea, os italianos ficarão estupefactos ao saber que nenhum dos seus 8 aviões «Tornado», que haviam deslocado de Al Dahfrah (EUA), [...] tinha cumprido com sucesso a missão de bombardeamento no Kuwait. Um incidente técnico obrigou um primeiro aparelho a regressar de urgência à base; os pilotos de outros 6 aparelhos não puderam ou não souberam proceder ao reabastecimento em voo das aeronaves; e o último aparelho foi abatido pela defesa antiaérea iraquiana perto de Kuwait City.

O paradoxo era consternador: a intervenção da única unidade [italiana] presente no teatro de operações, dotada com capacidades electrónicas e ópticas da última geração, revelara-se um fiasco. Sem esquecer o contributo negativo das condições meteorológicas desfavoráveis, a verdade é que a unidade foi vítima, ao que tudo leva a crer, de falta de treino do reabastecimento em voo [...].

a. Os problemas da área do pessoal são muito delicados e complexos, excedendo largamente o âmbito destas notas. Mas há aspectos que por si sós, independentemente de qualquernexo à restante problemática, dão a medida das dificuldades a vencer. O mais elementar bom senso recomenda aliás que, em certos domínios concretos, se assegure antecipadamente a existência ou a criação de condições mínimas de sucesso, antes de passar à concretização dos programas.

No que respeita aos pilotos da futura esquadra, em número de 30 (1,5 por avião), exige-se-lhes experiência e aptidão demonstrada em cerca de 500 horas de voo em avião de reacção (das quais uma parcela significativa em situação análoga à de «ambiente operacional») e o cumprimento de um mínimo de 180 horas de voo anuais; quanto aos mecânicos ao serviço da esquadra, serão cerca de 400 e altamente especializados.

Ainda que se desconheça em pormenor a realidade interna da Força Aérea, é forçoso ponderar estas circunstâncias num contexto marcado por reconhecidas limitações dos efectivos globais no que respeita a pilotos e a mecânicos; solicitações da aeronáutica comercial aos especialistas militares; necessidades da esquadra de «A-7», onde estão actualmente colocados os pilotos mais aptos; relutância crescente dos jovens face à vida militar.

b. A sustentação da futura esquadra depende, entre outros factores, de uma gestão racional dos sobressalentes e de uma adequada manutenção dos materiais.

O primeiro ponto obriga a optar, dada a tendência generalizada para substituir conjuntos em vez de peças isoladas, entre a constituição de grandes depósitos de *sparcs* e a montagem de uma cadeia de reabastecimento de resposta imediata, sob pena de não se atingir o nível de 70% de prontidão da frota requerido pelos padrões OTAN. Qualquer que seja a solução escolhida, vai exigir elevadas disponibilidades financeiras.

Quanto ao segundo aspecto, devem ponderar-se as dificuldades colocadas pela sofisticação do *software* do avião e do armamento, e a dificuldade em dispor de engenheiros e de mecânicos em quantidade e qualidade convenientes.

c. Relativamente à operacionalidade, abordam-se apenas muito sumariamente dois aspectos: o do armamento e o do sistema de comando e controlo.

Para lá dos quantitativos financeiros envolvidos (um míssil antinavio «Harpoon» custa cerca de 750 000 dólares), o guiamento destas armas é feito por radar activo e passivo e o seu sucesso depende ainda de uma correcta

manutenção do seu próprio motor e da carga explosiva, bem como do perfeito interface do seu computador com o computador de bordo. A inobservância de um conjunto muito rigoroso de medidas cautelares, que vão das condições de armazenamento à verificação periódica dos computadores e dos radares dos mísseis, arrasta uma perda de precisão que se agrava com o tempo e que pode transformar sistemas *stand off* em meras armas de utilização à vista.

Quando ao comando e controlo — muito dependente da entrada em funcionamento do projecto SICCAP (Sistema Integrado de Comando e Controlo Aéreo de Portugal) e da familiarização do piloto com a panóplia de bordo (*Head-up Display*, sistemas de guiamento dos mísseis, computadores e outros instrumentos relacionados com a gestão da guerra electrónica) —, constitui um dos mais difíceis requisitos para o sucesso de todo o programa «F-16» e é essencial para uma correcta utilização dos meios no moderno teatro de operações.

Provavelmente, nenhum cidadão informado terá dúvidas sobre a importância do último ponto. E os que tenham devem recordar-se das imagens televisivas dos ataques aéreos durante a operação *Tempestade no Deserto* e da complexidade que elas sugerem.

5. No actual ambiente de incerteza é muito arriscado antecipar o futuro, designadamente quanto às novas funções a atribuir às Forças Armadas. Não obstante, uma maioria de especialistas tende a considerar que as acções de *Peacekeeping* (manutenção da paz) e de *Constabulary* (policimento) constituem já incumbência específica das Forças Armadas.

Na verdade, um pouco por todo o mundo, da Jugoslávia ao Camboja, do Líbano a Angola, reclama-se a presença de forças estrangeiras como forma de assegurar a paz entre beligerantes. Nuns sítios já estão em funções, interpondo-se entre facções rivais, noutras encontram-se a caminho; aqui têm mandato da ONU, ali acodem simplesmente a solicitação das partes desavindas. Em qualquer dos casos, a sua missão é a

Prevenção, contenção, moderação e fim das hostilidades entre ou no seio dos estados, através de acções de mediação pela intervenção organizada e internacionalmente controlada de uma terceira parte, utilizando forças militares, de polícia ou civis internacionais, para restabelecer e manter a paz [...] (°).

(°) Na ausência de um conceito adoptado pela ONU, a International Peace Academy propôs este enunciado.

A questão é abordada pelo capitão-tenente Carlos Costa Ramos na revista *Nação e Defesa* n.º 59, pp. 103 a 134. O autor, após recordar que a responsabilidade primária de manutenção da paz e da segurança internacionais cabe ao Conselho de Segurança da ONU, tece algumas considerações pertinentes sobre a eventual participação de forças portuguesas em operações de manutenção da paz, assinalando designadamente os riscos que estas missões, sendo em substância militares, naturalmente comportam:

«[...] Apesar de se basearem no consentimento das partes e na renúncia ao uso da força, podem ocorrer fatalidades, de gravidade variável, com o pessoal envolvido e por causas não necessariamente resultantes do uso da força. Daqui decorrem problemas legais, sociais e financeiros para os quais será imperioso ter uma perspectiva de solução. Por outro lado, a operação pode falhar nos seus objectivos e vir a ser necessário retirar a força, em condições que, quer material quer politicamente, poderão ser bastante delicadas. A questão financeira é outra que se coloca. Apesar das operações mais recentes terem sido financiadas a partir do orçamento normal da ONU ou dos orçamentos suplementares para operações de manutenção da paz, existem casos em que as nações contribuintes não têm sido reembolsadas das despesas efectuadas com a operação.

Estas três ordens de problemas susceptíveis de ocorrer, fatalidades, fiasco de operação e desastre económico, necessitam de uma preparação da opinião pública que os permita ultrapassar sem que aquela levante qualquer problema de ordem interna [...]» ⁽¹⁰⁾.

O autor levanta ainda duas importantes questões: a instrução específica dos observadores internacionais (normalmente oficiais superiores actuando isoladamente e em situações melindrosas que chegam a envolver risco de vida) e a conveniência de os efectivos das unidades destacadas serem, ao menos parcialmente, profissionalizados. Por fim, realça o facto de a curta duração das comissões (6 meses) colocar delicados problemas de gestão dos recursos humanos, cuja solução deve ser convenientemente ponderada.

⁽¹⁰⁾ O ataque perpetrado em 7 de Janeiro do corrente ano por um caça sérvio contra dois helicópteros desarmados que transportavam observadores da CEE sobre território croata, e de que resultou a morte dos cinco ocupantes do aparelho, vem ilustrar de forma dramática a pertinência destas considerações.

Este último aspecto foi aliás objecto de uma curiosíssima análise por parte de David R. Segal, da Universidade de Maryland. A pesquisa procurava basicamente detectar se há alguma incompatibilidade entre uma forte orientação no sentido do combate activo e a incumbência de uma missão de manutenção da paz. Para o efeito, o sociólogo inquiriu 51 pára-quadistas americanos enviados para o Sinai como membros da Força Multinacional ou como observadores (esclareça-se que se tratava de soldados que se haviam declarado voluntários para diferentes acções de combate), comparando as suas declarações antes do empenhamento e passados três meses sobre a entrada em dispositivo. O questionário revelou que, «[...] embora muitos respondentes tivessem sido na verdade orientados para o combate, não existe qualquer relação entre a intensidade desta orientação e as atitudes dos soldados relativamente às missões de manutenção da paz. O que se verifica é que a missão é vista como uma missão normal para um pára-quadista, visto que um soldado profissional faz aquilo que lhe mandam [...]» (11).

Todas estas questões devem evidentemente ser ponderadas nesta fase de transição para uma nova modalidade de prestação do serviço militar em Portugal. Em artigo publicado na *Nação e Defesa* n.º 55, pp. 77 a 95, tive oportunidade de chamar a atenção para um conjunto de aspectos a ter em conta por quem tem a responsabilidade das decisões. Outros há no entanto que não foram incluídos ou que, tendo-o sido, foram insuficientemente tratados no referido trabalho, muito especialmente os relacionados com a profissionalização das Forças Armadas e os destinados a iluminar as diferenças entre serviço militar «profissionalizado» e serviço militar «prolongado», e sobre os quais interessa reflectir.

E interessa reflecti-los hoje, quando certos conceitos não passaram ainda entre nós à fase de aplicação mas são já alvo de críticas contundentes, parcialmente sustentadas nos insucessos já verificados noutros países democráticos:

«[...] Na verdade, ao falar de opção entre um SMO de 4 meses e um serviço voluntariamente mais prolongado, estamos no reino dos eufemismos. É óbvio que, nas actuais condições, nenhum jovem coloca a si próprio essa opção. Mesmo melhoradas as condições de prestação, mesmo com perspectivas de eventual enriquecimento profissional, mesmo

(11) In *Journal of Political and Military Sociology*, 1985, vol. 13, pp. 167 a 181.

com o espectro do desemprego, o número de jovens dispostos a prestar um serviço mais comprido, sem que isso se traduzisse em contrapartidas financeiras significativas e num mínimo de segurança no emprego, seria insuficiente para alimentar umas Forças Armadas cuja estrutura seguisse a actual filosofia [...]» (12).

Marc Crépin, tendo tido conhecimento da forma como a juventude italiana respondeu às solicitações do serviço militar prolongado, escreveu na *Défense Nationale* de Novembro de 1991, pp. 64 e 65:

«[...] A profissionalização absoluta é considerada geralmente como uma utopia, parecendo que a única solução viável para elevar o grau de eficácia das tropas seria o voluntariado, e uma lei de Dezembro de 1986 previa o recurso a este sistema e autorizava o alistamento dum máximo de 56 000 voluntários, dos quais 34 000 para o Exército. Porém, passados 12 meses, o número de voluntários não ultrapassa os 10 000, presume-se que por falta de condições interessantes, sem contar que as previsões demográficas mais recentes indicam uma forte propensão para o abaixamento das taxas de natalidade [...]»

Mais adiante, o autor aborda questões de natureza financeira:

«[...] Esta redução do número de conscritos e a necessidade da sua substituição por voluntários em serviço de longa duração terão incidências financeiras não negligenciáveis. O soldo dum conscrito não ultrapassa os 630 francos (cerca de 15 contos) enquanto que, por exemplo, a instrução, durante um ano, de um atirador de carro de combate custa 272 000 francos (cerca de 6300 contos). Saliente-se ainda que esta especialização dificilmente lhe servirá no mercado de trabalho [...]»

Um estudo do Exército americano revelou, através de questionários específicos, que os motivos mais frequentes e mais determinantes para a decisão de os jovens americanos se alistarem ou decidirem prorrogar o período de serviço militar eram a percepção quanto à possibilidade de promoção, a real oportunidade desta e a qualidade das chefias e do treino. Em contrapartida, o estudo mostrou que «[...] os principais motivos de descontentamento dos soldados relativamente ao serviço militar eram a percepção de que o seu contributo

(12) Antunes, Dinis Ferreira, in «Fim de Semana», de *O Diário*, de 13 de Abril de 1990.

para a unidade não era considerado relevante, de que o trabalho que executavam não tinha qualidade técnica nem mérito absoluto e de que os superiores não tinham por eles a consideração que eles julgavam merecer. Justificam-se, portanto, acções destinadas a alterar estas percepções: a presença dos chefes junto das tropas; identificar e estruturar mais correctamente os requisitos das tarefas a desempenhar e proporcionar aos executantes treino apropriado; procurar averiguar qual deve ser o melhor contributo de cada soldado para o conjunto da unidade; auxiliar os soldados a resolver os problemas administrativos; construir uma imagem positiva da unidade entre todos os soldados; e reforçar o sentimento individual de pertença a uma unidade na qual cada membro dispõe de recompensa apropriada ao trabalho produzido, designadamente quanto a promoções [...]» (23).

James Burk, que procedeu a um estudo na mesma área, concluiu que o nível dos salários e outras considerações ligadas à teoria do mercado não são tão importantes como se pensava (como motivações para o alistamento dos jovens nas Forças Armadas americanas). Quando a conscrição acabou, a seguir à guerra do Vietname, os incentivos económicos, bem como as oportunidades oferecidas pela carreira militar para a aquisição de requisitos técnicos e treino adequado à concorrência no mercado das ocupações civis, foram frequentemente apresentados como as grandes motivações do alistamento. Outros estudos relacionavam o crescimento da disponibilidade para servir nas Forças Armadas com o aumento do desemprego a nível nacional. Como quer que fosse, a opinião dominante era a de que os jovens se alistavam exclusivamente por interesse material.

Estudos subsequentes, revelando que os valores morais podem afectar grandemente a qualidade e a quantidade dos voluntários para servir nas Forças Armadas, puseram em causa a eficácia dos anúncios de recrutamento que enfatizam os benefícios económicos. Com efeito, afirma Burk, este tipo de apelos «[...] pode nunca vir a impressionar um certo número de jovens inclinados a alistar-se por motivos patrióticos [...], os quais se interrogarão sobre as reais diferenças entre serviço militar e serviço civil. É essencial, portanto, destacar o nexo entre o serviço militar e o serviço da Pátria.

O reforço do patriotismo deve constituir uma preocupação constante da Instituição Militar, tendo em vista estimular a motivação individual e de grupo,

(23) In *Journal of Political and Military Sociology*. 1991. vol. 18, pp. 130 e 131.

capazes de responder às dificuldades e incertezas postas pelo serviço militar. A possibilidade de os jovens se sentirem desiludidos, com a consequente erosão do patriotismo, é sugerida pelo facto de a motivação patriótica entre os alistados que aguardam incorporação ser superior à referida pelos que já se encontram ao serviço [...]» (14).

6. As mudanças anunciadas para as Forças Armadas portuguesas configuram um razoável empenho político e dão corpo a uma intenção de modernidade indispensável à afirmação da Instituição como instrumento credível duma política de defesa.

As questões que abordámos são relevantes para o futuro das Forças Armadas, e a capacidade que estas vierem a revelar no cumprimento das suas missões constitucionais dependerá inexoravelmente do modo como forem ultrapassados, com oportunidade e inteligência, os principais problemas.

Nisto, como em muitas outras áreas, não vamos à frente dos outros. Podemos, e devemos, beneficiar da experiência alheia, dos seus sucessos e fracassos.

Cabe, a todos, colaborar na busca de soluções que assegurem a Justiça e o Bem-Estar, sem prejuízo da Segurança, no espaço nacional e no da Aliança. Os custos financeiros, necessariamente elevados, devem ser assumidos com frontalidade e coerência pelos agentes envolvidos, exigindo-se igualmente, em nome da racionalidade económica e social, decisões sérias, tecnicamente correctas, compatíveis com a escassez dos recursos financeiros e com os objectivos visados, porque só há uma forma de transformar as intenções em acto: com sentido de responsabilidade.

Nuno Mira Vaz

Coronel

(14) *Idem*, 1984, vol. 12, pp. 229 a 241.